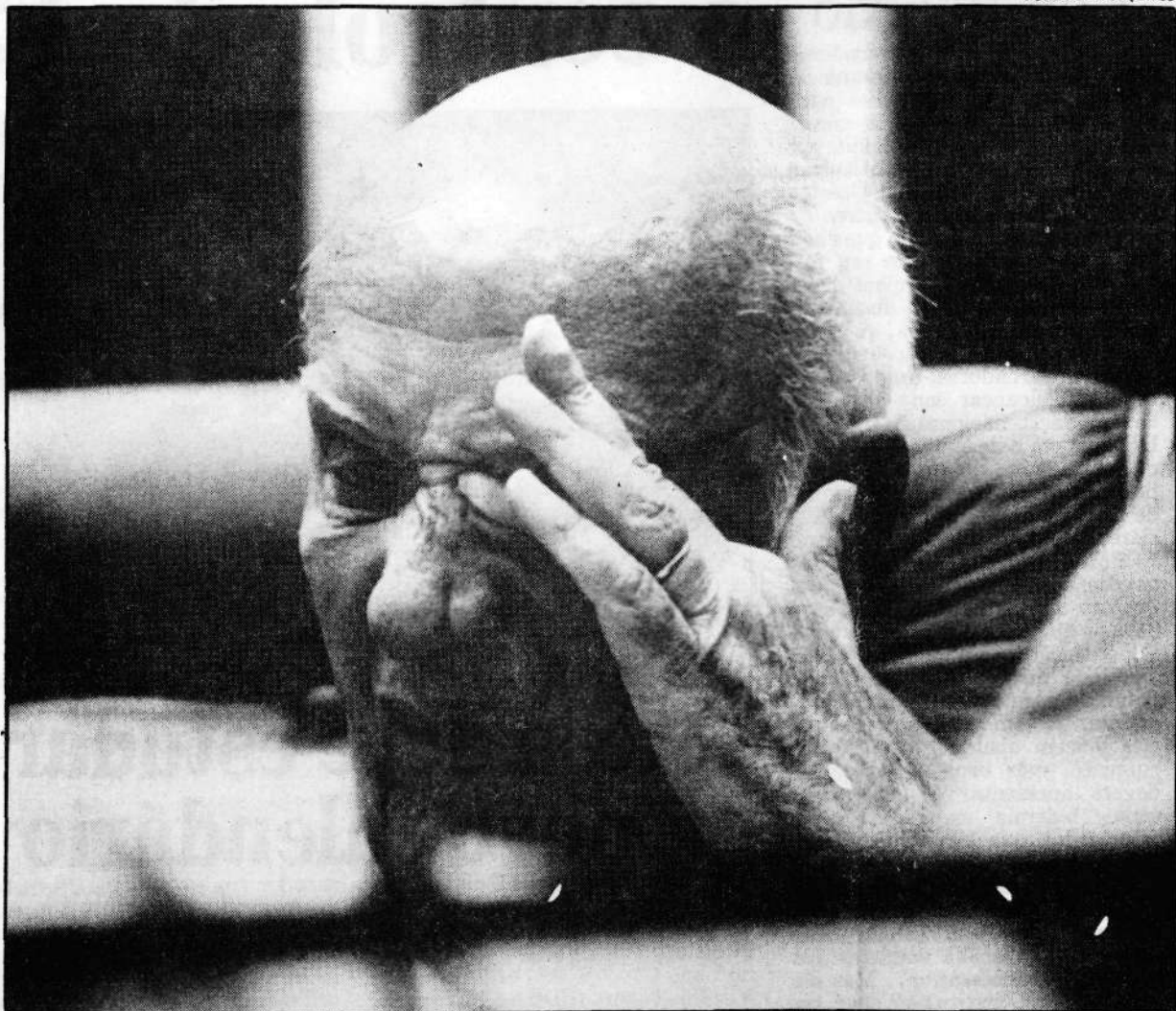


Sant'Anna passa articulação de bloco a Ulysses



Josemar Gonçalves

Para Ulysses a ampliação da Aliança Democrática é um assunto que só compete a Sarney

Projeto de eleição em 88 vai hoje à Mesa da Constituinte

O projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) pedindo eleições diretas para a Presidência em 15 de novembro de 1988 será entregue hoje à tarde ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Ontem, o deputado totalizou as 187 assinaturas e teve promessas de outros dez parlamentares que se encontram fora de Brasília, dentre eles o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Faria de Sá acredita que o projeto será votado no dia 15 de agosto, mas o líder na Câmara, Carlos Sant'Anna, garante que a Comissão de Sistematização não acolherá a matéria.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) já antecipou que será favorável à discussão da matéria não levando em consideração o mérito. De acordo com o

regimento interno da Constituinte só serão acolhidos os projetos de decisão cujos temas coloquem em risco os trabalhos da Assembléia. E é justamente essa a argumentação do deputado Arnaldo Faria de Sá. Ele alega que até o momento a discussão sobre o mandato do presidente Sarney tem polarizado os debates e por isso está prejudicando a elaboração da futura Constituição.

Arnaldo Faria de Sá encontrou apoio em parlamentares de todos os partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Explicou que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas manifestou-se favorável à iniciativa mas não assinou o documento alegando comprometimento com a emenda popular que pede as diretas-já.

Segundo o Regimento Interno da Constituinte, o projeto de

decisão tem o prazo de cinco dias para ser apreciado pelo relator e, em seguida, a Comissão de Sistematização deverá aprová-lo ou rejeitá-lo em, no máximo, cinco sessões. O regimento não estabelece, no entanto, prazos para que o presidente da Constituinte remeta o pedido para o relator. Arnaldo Faria de Sá não acredita que o deputado Ulysses Guimarães irá demorar na tramitação e assim prevê que o projeto estará no plenário da Constituinte em 15 de agosto.

Confiante, o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, afirma que o projeto de Arnaldo Faria de Sá não é uma ameaça a tese dos cinco anos. O líder tem nas mãos um forte trunfo, o esvaziamento do plenário. Caso persista a falta de quórum, Sant'Anna não precisará sequer utilizar uma de suas melhores estratégias: o esvaziamento.

Adeus às urnas

Sob a alegação de que pretende se despedir da política com uma vitória, o ex-governador Roberto Magalhães anunciou ontem, num debate radiofônico, que será candidato a deputado federal em 1990, para atender ao desejo pessoal de representar o povo de Pernambuco numa casa legislativa. Ele descartou a possibilidade de disputar a eleição para prefeito do Recife em 88, embora seu nome tenha aparecido em boa cotação numa pesquisa realizada recentemente por uma empresa de publicidade local.

Magalhães afirmou desconhecer qualquer rompimento do governador Miguel Arraes com o presidente José Sarney. "O atual governador de Pernambuco continua sendo prestigiado pelo Palácio do Planalto", disse.

Raphael é alvo

O deputado Adylson Motta (PDS-RS) pedirá a convocação do ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães, para prestar esclarecimentos, na Câmara dos Deputados, sobre a compra dos 328 apartamentos funcionais em Brasília.

Motta argumentou que essa medida servirá, inclusive, para resguardar a imagem do ministro da Previdência, já que o problema vem sendo alvo de muitas críticas.

Diretas já

O prefeito de Caruaru, José Queiroz, confirmou para o dia 7 de agosto a realização do primeiro grande comício pelas "diretas já" em Pernambuco. O comício, organizado pelo deputado Fernando Lyra, vai levar ao agreste pernambucano cerca de 30 parlamentares do PMDB, além das presenças, já confirmadas, do senador Mário Covas, do líder do PT na Constituinte, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ex-governador Leonel Brizola.

A esquerda

O prefeito Saturnino Braga disse ontem que ainda não fez a sua opção partidária, mas garantiu que não abraçará o PMDB, tal como o partido é hoje. Disse que sua decisão passa por partidos situados mais à esquerda do PMDB.

Golbery melhora

O General Golbery do Couto e Silva continua passando bem, informou o Hospital Sirio Libanês. Ainda não há previsão de alta para o ex-ministro. Provavelmente hoje, o professor Emilio Mattar deverá emitir um boletim médico.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, deixará por conta do presidente da Constituinte, Câmara e PMDB, Ulysses Guimarães, a articulação do bloco suprapartidário de sustentação ao Governo do presidente José Sarney. Sant'Anna afirma que sai da "vanguarda" acreditando que Ulysses "tem mais condições de articular a ampliação da Aliança Democrática". Sem estabelecer prazos, enfatiza que, se essa estratégia fracassar "não poderá se omitir e retomará a coordenação do trabalho".

Esse é o primeiro reflexo das conversas entre o deputado Ulysses Guimarães e o presidente José Sarney neste final de semana. Ulysses admite a ampliação da Aliança Democrática desde que o PMDB não saia prejudicado. Carlos Sant'Anna considera que existem várias "formas de se ver a sustentação do Governo". Na sua opinião, o presidente do PMDB escolheu a partidária e por isso se dispôs a participar da composição apenas "como colaborador".

Esta é a segunda vez que o líder do Governo "vai para a retaguarda". Lembra que no início dos trabalhos da Constituinte dependeu a hipótese da ampliação, mantendo conversas formais com o

PTB. Explica, que por falta de tempo deixou essa coordenação por conta do ex-chefe do Gabinete Civil, senador Marco Maciel. Agora, segundo Sant'Anna, a história se repete "saio da vanguarda para trabalhar melhor os grupos moderados na Constituinte".

Esvaziamento

Para ele, as questões constitucionais e de sustentação ao Governo "estão sendo simultâneas" mas não correlatas. É necessário que se esvazie um pouco as discussões em torno do "Governo Sarney" — argumenta, para dar lugar aos problemas concretos. Esclarece que os prazos da Constituinte estão correndo "de maneira muito rápida" e, até o momento, não foi encontrada uma maneira conciliatória para enfrentar as divergências.

Assim, o líder do Governo na Câmara abandona a formação do bloco suprapartidário e retoma a articulação do bloco moderado na Constituinte. Sant'Anna pretende dessa maneira neutralizar os ataques do deputado Ulysses Guimarães ao seu trabalho e conseguir uma maior adesão às propostas palacianas na Constituinte, voltando a atuar com toda a força somente nas votações de plenário.

"Sarney tem ampla base"

O presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que o presidente José Sarney é nos últimos 30 anos o presidente da República do Brasil que tem a mais ampla base de sustentação parlamentar. Com isso, ele deixa implícito que o Governo não necessita aumentar seu apoio político que até agora é dado pela Aliança Democrática (PMDB-PFL) por intermédio de outros partidos, mas ressalva que qualquer decisão sobre o assunto cabe exclusivamente ao próprio Sarney.

"Entendo que o presidente José Sarney mais que qualquer outro presidente da República do Brasil nos últimos 30 anos tem uma base tão confortável", comparou Ulysses Guimarães. Destacou também que o PMDB e o PFL até agora não faltaram com o apoio ao Presidente. Ele

lembrou ainda que todas as proposições do Governo foram aprovadas pelo Congresso Nacional, inclusive algumas de difícil tramitação.

O deputado Ulysses Guimarães mostrou-se irritado com versões publicadas na imprensa dando conta que ele e o presidente Sarney estariam a favor da ampliação da Aliança Democrática. Indagado se o PMDB concorda com a ampliação da Aliança, Ulysses respondeu que o PMDB não tem que discutir o assunto porque o Presidente é o juiz desta questão.

No campo econômico, Ulysses Guimarães lembrou que a posição do PMDB em relação à dívida externa é conhecida e tradicional. "A posição é no sentido de uma postura autônoma do modelo brasileiro que não tenha injunções. Que não tenha pressões do FMI".

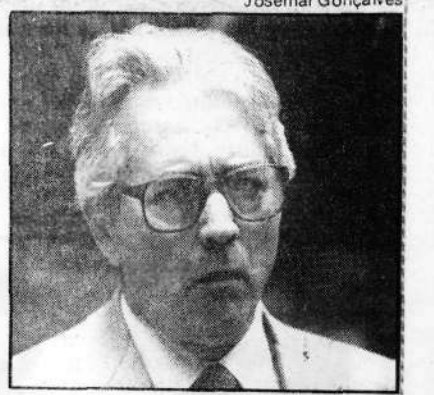
Laurenço culpa PMDB por crise com Governo

Josemar Gonçalves

O líder do PFL na Câmara, deputado José Laurenço (BA), culpou ontem os "ministros do PMDB" pelas "dificuldades" de relacionamento de seu partido com o Governo, mas confessou-se mais otimista, devido às conversas que estão ocorrendo entre o presidente do PFL, senador Marco Maciel, e o presidente José Sarney. Como de costume, Laurenço atacou com mais veemência o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que, segundo ele, "não prima por um comportamento ético, em questões de política".

Laurenço disse que ainda não teve tempo de conversar mais detidamente com Marco Maciel, mas acredita que os contatos entre ele e Sarney estão sendo "provetosos", na medida em que o Governo estaria manifestando sua intenção de "manter o PFL em sua base de sustentação". Ele disse não ter nenhuma notícia sobre a nomeação de pefelistas para a Caixa Econômica Federal, IBDF, Inbra ou Banco da Amazônia, como noticiaram alguns jornais.

"Afetuosos" — Ontem mesmo, o líder do PFL manteve encontro com o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, mas não quis revelar o conteúdo da conversa, admitindo apenas que se queixou a ele da conduta do ministro da Previdência. Disse, ainda, que não conversou com o presidente Sarney, a quem apenas cumprimentou numa solenidade, ontem, no Palácio do Planalto. Laurenço negou qualquer choque com o Presidente da República, em função de suas recentes declarações de que o PFL poderia romper com o Governo. "O presidente foi até muito afetuosos", disse o líder pefelista, acrescentan-



Líder do PFL está otimista

do que tanto Costa Couto como o porta-voz Frota Neto lhe garantiram que o desabafo de Sarney, no sentido de que "quem quiser romper com o Governo que rompa", não foi dirigido a ele.

Ao queixar-se do ministro da Previdência, Laurenço (que não quis citar nominalmente os demais ministros com os quais teria divergências) disse que ele não cumpre a palavra em relação a providências às vezes determinadas pelo próprio Governo, além de muitas vezes demitir filiados do PFL dos cargos que ocupam, sob alegação de que seriam "corruptos". Ao tomar conhecimento das críticas que o ministro teria feito ao PFL, de ser um partido que, ao invés de crescer junto ao povo, pretende crescer "dentro do aparelho do Estado", Laurenço contra-atacou:

Irregular

"E, mas nós não compramos apartamentos sem concorrência pública, nem compramos 600 ambulâncias com pagamento antecipado", referindo-se a denúncias suas de irregularidades que teriam sido cometidas pelo Inamps.

PFL nega ser "clientelista"

"Se ficar comprovado que o Raphael disse isso, vai sair por aí". Esta foi a reação do presidente regional do PFL, deputado Rubem Medina, ontem no Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento das pesadas críticas feitas ao partido pelo ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, acusando-o de "clientelista" e de "viver das benesses do Governo". O presidente nacional do PFL, que se encontra no Rio fortalecendo as bases do partido, disse que recebia as críticas com "espanto" e preferia não responder às acusações "para não baixar o nível do debate político". Para ele as críticas são "incorretas e injustas".

O senador Marco Maciel não acha que a distribuição de cargos por Sarney seja clientelismo. Para ele, é uma forma do partido cumprir o seu programa. O ministro Raphael de Almeida Magalhães não é dessa opinião. Após a solenidade de ontem de manhã no Clube Renascença, declarou: "O PFL tem uma marca partidária curiosa. É um reclamante no País inteiro, acostumado às benesses

públicas para se formar. É um partido sem oxigênio, que quer crescer dentro do aparelho do Estado e tem uma forma clientelista de política". Segundo ainda o Ministro, a marca é de pedinte dos governos federal, estadual e municipal.

Fortalecer

Declarando que um partido não se faz com cargos, mas com líderes, o senador Marco Maciel deixou claro que é seu objetivo tornar o PFL um partido cada vez mais importante na sustentação política do governo Sarney: "A intenção é fortalecer o partido, ampliando a filiação partidária. O governo do presidente Sarney não pode deixar de ter o nosso apoio. Negar esse apoio, seria prejudicar o processo de transição democrática".

Em busca de maior unidade interna no PFL, o senador Marco Maciel se encontrará hoje, no Rio, com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. O encontro, a pedido do próprio Sarney, é mais um passo na estratégia do Presidente em aparar as arestas no PFL, fortalecendo o partido.

Só dois partidos não apóiam

Todas as lideranças partidárias apoiam sem restrições o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que propõe eleições diretas para Presidente da República em 15 de novembro de 1988. A exceção fica com as lideranças da Frente Liberal (PFL) e do Partido Democrático Social (PDS).

O líder do PFL, deputado José Laurenço (BA), considera o projeto de decisão "anti-regimental", e aparentemente fecha com o Governo, no sentido de que não deve haver eleições diretas para presidente no ano que vem. Laurenço é de opinião, que as propostas de eleições diretas sejam encaminhadas por meio de projeto de emenda constitucional.

Mesmo sendo o partido da oposição, o PDS, segundo o seu

vice-líder senador Virgílio Távora (CE), deixa a questão em aberto, para que seus deputados decidam se vão apoiar ou não o projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá. De qualquer modo, é intenção do partido ouvir a Executiva, para se posicionar sobre o tempo de mandato presidencial.

Os líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) não só apoiaram como assinaram o projeto de decisão. O líder do PC do B, ressalta, no entanto, que as condições de plenário não são favoráveis para a discussão do tema, uma vez que 244 deputados estão praticamente fechados com o Governo, na proposta de cinco anos.

Mandato nunca obterá consenso, afirma Covas

Arquivo

São Paulo — "O PMDB dificilmente conseguirá chegar a um consenso quanto à duração do mandato do presidente José Sarney e o regime de Governo. E esse consenso não será alcançado nem mesmo quando chegar o momento de a Assembléia Nacional Constituinte se decidir a respeito desses dois temas". Essa opinião é do senador Mário Covas (PMDB-SP), que ontem esteve no Palácio dos Bandeirantes sem, contudo, ter conseguido conversar com o governador Orestes Quércia, que recebia em audiência individual deputados federais paulistas. No Palácio dos Bandeirantes, Covas reuniu-se com o secretário Antônio Carlos Mesquita, a quem pediu para marcar uma audiência com professores estaduais que querem apresentar suas reivindicações.

Após esse encontro, e justificando não ter pedido audiência a Quércia — "vi que havia muita gente e minha passagem no Palácio era rápida, e então falei com o secretário Mesquita" —, Covas conversou com os jornalistas credenciados no Palácio. Perguntado se acredita que o PMDB já tinha conseguido superar as divergências verificadas durante a Convenção Nacional do partido, Covas comentou: "No sentido de superar as divergências, não. Acho que numas teses, não. Em algumas, sim".

Mandato

Para Covas, dificilmente o PMDB chegará a um consenso quanto à duração do mandato do presidente Sarney e ao regime de Governo, nem mesmo quando esses dois temas forem discutidos e definidos pela Constituinte: "Não sei se será



Mário Covas esteve em SP fácil chegar a um consenso. Acho que nesse assunto dificilmente se terá consenso. Pode haver uma posição majoritária dentro do partido".

Covas continua achando que o partido deveria ter se posicionado quanto a esses assuntos em sua Convenção Nacional, mesmo não se tratando de questões programáticas: "A gente está num partido político e está fazendo vida política. Portanto, quando você vai a uma convenção, você decide politicamente e se sente obrigado politicamente. O constrangimento que existe na vida partidária é político e não jurídico. Quem é de partido acompanha suas decisões, independente de saber se a lei determina que você as acompanhe ou não".

Para Covas, o fato de o PMDB ter decidido que compete aos constituintes definirem a duração do mandato do Presidente e o regime de Governo dá liberdade a que cada peemedebista tome uma posição.